



REVOLTA. Familiares dos sepultados ficaram chocados com os contornos deste crime.

Aluna da Secundária de Almeirim não tinha queimaduras por ingestão de ácido

Uma aluna da Escola Secundária Marquesa de Alorna, em Almeirim foi assistida pelos bombeiros e por uma equipa da Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) do Hospital de Santarém por alegadamente ter ingerido uma mistura de álcool com ácido. Mas tudo não terá passado de uma brincadeira, já que nas urgências do hospital, depois de assistida e de ter sido submetida a vários exames, não se detectou qualquer lesão ou queimadura.

O alerta foi dado na sexta-feira, 16 de Dezembro, quando numa aula de

físico-química da escola surgiu a notícia de que a estudante, de 15 anos, terá ingerido a mistura feita durante a aula. Foi deslocado para o local uma ambulância do INEM ao serviço dos Bombeiros Voluntários de Almeirim e mobilizada a VMER. A jovem acabou por ser transportada para o hospital onde deu entrada perto do meio-dia.

Segundo o hospital, a estudante foi observada e não foram detectadas quaisquer queimaduras internas por ingestão de substâncias, pelo que teve alta da unidade de saúde cerca de uma hora e meia depois.

Nove detidos em operações de fiscalização rodoviária

A PSP deteve seis pessoas no Cartaxo e três em Santarém durante operações realizadas nas madrugadas de sábado e domingo, entre as 00h00 e as 07h00, que incidiram na fiscalização rodoviária. Cerca de 360 viaturas foram identificadas pelos radares, tendo sido feito o teste de alcoolemia a 140 condutores. Foram lavrados cinco autos por infracção grave e quatro por muito grave. A PSP registou ainda 35 infracções graves por excesso

de velocidade e 11 infracções diversas ao Código da Estrada.

No Cartaxo, foram detidas seis pessoas, com idades entre os 21 e os 40, quatro delas por conduzirem com taxas de álcool no sangue superiores ao permitido, uma sem carta de condução e outra por "motivos diversos". Foram detidas mais três pessoas em Santarém, de 26, 33 e 48 anos, por conduzirem com excesso de álcool.

Quarenta peças de bronze roubadas de dois cemitérios em Tomar

GNR investiga os dois assaltos que, pelos seus contornos, chocaram as populações

Mais de quarenta peças em bronze foram roubadas na passada semana dos cemitérios de São Pedro e Serras da Sabacheira, no concelho de Tomar. Os larápios, que efectuaram os assaltos durante a madrugada, deixaram ainda um rasto de vandalismo que chocou os familiares dos sepultados. "Isto ultrapassa todos os limites imagináveis", lamenta a filha de Maria da Nazaré César, de cuja campa foi roubada a imagem de Nossa Sra. de Fátima que custou "mais de vinte contos" há quinze anos, enquanto olha para a campa vandalizada.

O primeiro assalto registou-se no cemitério de São Pedro de Tomar, de terça para quarta-feira, 14 de Dezembro. Os assaltantes, de número desconhecido, saltaram o muro e partiram várias lápides para levarem mais de vinte imagens em bronze. Seis campas ficaram danificadas. "Só pessoas vândalas e sem escrúpulos é que podem ter vindo aqui fazer isto, num sítio que as pessoas todas preservam", disse a O MIRANTE Maria dos Santos, que visitava o cemitério após ter sabido do assalto.

O presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, António Vicente, explicou que os autores do furto saltaram o

muro das traseiras do cemitério e logo que o funcionário se apercebeu do sucedido foi chamada a GNR. O autarca pede "mão pesada" para os autores deste tipo de crime, lamentando que já nem se poupem os cemitérios. "É lamentável. Muito triste, quando se entra num lugar sagrado é já nem se respeita quem já partiu", afirmou.

Em Maio de 2010 já tinham roubado, deste mesmo cemitério, os varões em aço inox das escadas, tentando levar também a estrutura metálica envolvente a uma campa. Face ao sucedido, a junta de freguesia apelou às autoridades que façam uma "vigilância mais apertada" deste espaço de culto.

Na madrugada de 15 de Dezembro, foi a vez do cemitério de Serras da Sabacheira, na freguesia da Sabacheira, ser visitado pelos "amigos do alheio". Deste cemitério foram furtadas duas dezenas de peças e objectos em bronze, de acordo com o presidente da junta de freguesia, Fernando Graça. Tal como em São Pedro, para trás deixaram o mesmo rasto de destruição e vandalismo.

A GNR de Tomar diz que qualquer procedimento da sua parte depende de apresentação de queixa por parte dos lesados, dado ser um crime semi-público.

Detido por posse de arma proibida

A Polícia Judiciária (PJ) de Leiria anunciou em comunicado a detenção de um homem no concelho de Ourém por posse de arma proibida, uma carabina de 9 milímetros que foi apreendida. O detido, de 76 anos, "foi presente

às autoridades judiciais competentes, que suspenderam o processo pelo período de quatro meses", com a condição de que este pague uma quantia de 200 euros aos bombeiros locais, pode ler-se no mesmo comunicado.

PRECISA DE DINHEIRO?

Temas a melhor solução para ti!

CRÉDITO LUSITANO
Empréstimos sobre penhores

GLOBAL OURO
Compra & venda

Ouro, Prata, Jóias, Pedras Preciosas,
Relógios, Moedas, Antiquidades

Repartido
Santarém - 213 111 000
Santarém
www.creditolusitano.pt

Estamos abertos ao almoço!

Manutenção de canil de associação de Fátima só com compra do terreno

Proprietários estão cansados de falsas promessas e afirmam que se o terreno não for comprado conforme o acordo com a APAAF, o canil vai ser desactivado até 4 de Janeiro.

José Vargas está cansado de ler notícias nos jornais onde a responsável pela Associação Protectora dos Animais Abandonados de Fátima (APAAF) afirma que o terreno onde está o canil não tem dono e que vai ficar apenas sem as pessoas que tratam dos animais, que se vão embora no final do ano. A informação foge muito à verdade, afirma. José Vargas garante que todo o espaço da chamada "Quinta da Paz dos Animais" é de sua propriedade e o canil só nasceu ali porque em 2009 a presidente da APPAF, Céu Romeiro, propôs comprar-lhe o terreno. Em ano e meio, o casal de origem brasileira só recebeu foi trabalho e nada de dinheiro.

O canil da APAAF funciona no Pessegueiro (Batalha), localidade vizinha de Giesteira, freguesia de Fátima. José Vargas e a esposa, que tinham por profissão tratar de animais, foram morar na quinta em 2005, numa altura em que o espaço era efectivamente um canil chamado "Associação Paz dos Anjos". Entretanto o proprietário começou a ter problemas com as Finanças e o terreno acabou por passar para José Vargas em 2008.

O actual dono reconhece que apesar de ter havido licença para construção, o local nunca esteve devidamente legalizado. Mas como foi assim que o recebeu, assim foi ficando. A quinta situa-se longe de habitações, num espaço amplo



PROBLEMA. Terreno do Canil continua por resolver

e com vários equipamentos preparados para receber animais.

Em 2009 a presidente da APAAF propôs-lhe comprar todo o terreno para ali montar o canil da associação. "Mas o tempo foi-se passando, ela foi-se apropriando do espaço e nunca pagou". Quem trata dos animais, limpa os canis e esteriliza os machos é o casal, que nunca viu dinheiro pelo trabalho que tem tido. Entretanto os animais vão aparecendo e actualmente têm mais de 60.

"Já falei com o meu advogado. Ela tem que sair até 4 de Janeiro", afirma, comentando de seguida que se nesse dia não houver uma compra efectiva o canil

é desactivado nem que tenha que chamar a GNR. "A minha mulher não tem folga, até aos domingos porque aparecem pessoas para ver os animais".

A APAAF trata das rações e vai conseguindo apoios, mas a electricidade gasta no canil tem sido sempre paga por José Vargas. A indignação aumentou quando o casal constatou que os animais são vendidos pela APPAF e não doados, como seria suposto para animais que foram encontrados abandonados.

Chegaram a ser feitas obras na quinta pela Câmara de Ourém. Mas quando o proprietário se apercebeu que estas tinham sido realizadas sob a afirmação de que aquele era um terreno abandonado, José Vargas apressou-se a procurar os responsáveis municipais para pagar os gastos.

José Vargas termina la-

O canil da APAAF funciona no Pessegueiro (Batalha), localidade vizinha de Giesteira, freguesia de Fátima. José Vargas e a esposa, que tinham por profissão tratar de animais, foram morar na quinta em 2005, numa altura em que o espaço era efectivamente um canil chamado "Associação Paz dos Anjos"

mentando que com toda a situação os únicos que sofrem são mesmo os animais. A esposa já deveria ter voltado para o Brasil há um ano e só ficou para cuidar dos cães e gatos que nunca mais pararam de aparecer. Entretanto tem mesmo que partir, mas o marido só vai quando a situação estiver resolvida. "Só cuido dos animais até 4 de Janeiro. Até lá faço um officio à câmara municipal, chamo a GNR e quero tudo daqui para fora".

Contactada recentemente por O MIRANTE, Céu Romeiro deu conta de que a quinta estava em situação irregular, abandonada pelos proprietários e que a pessoa que cuidava dos animais estava de partida para o Brasil, pelo que era necessário avançar com um pedido de usucapião. A responsável já havia falado inclusive com o Santuário de Fátima e apelava a todos os que pudessem ajudar a manter o canil de portas abertas.

Entretanto, Céu Romeiro contactou o município da Batalha, que se recusa a fazer qualquer compra caso o espaço não esteja devidamente legalizado. A responsável está a procurar local para deixar os animais, mas afirma que não o consegue fazer até ao final do ano. "Tenho de ter tempo", refere

Documentos da administração do concelho de Santarém vão para o Arquivo Distrital

O executivo da Câmara de Santarém aprovou os termos do protocolo que lhe vai permitir receber um conjunto de documentação referente à administração do concelho, no período entre 1762 e 1937, que se encontra nos arquivos da Polícia de Segurança Pública da cidade. Ao todo são 65 embrulhos em papel pardo, desconhecendo-se como foram parar às instalações da PSP. Uma das hipóteses é que o arquivo tenha sido deslocado aquando da mudança do Comando de Polícia do edifício do Governo Civil, entidade de quem a administração do concelho dependia. A administração do concelho era uma instituição do poder local extinta em 1937, tendo algumas das suas competências sido transferidas para as autarquias locais.

A Câmara de Santarém já tinha decidido em Novembro de 2010 aceitar a doação mas, dada a falta de espaço no Arquivo Histórico Municipal, optou por encaminhar esse espólio documental para o Arquivo Distrital de Santarém mediante contrato de depósito e colaboração a celebrar entre as duas entidades. Até porque parte da informação contida nesses documentos, como processos de registo civil, registos de testamentos, legados pios e alistamentos, é mais procurada no Arquivo Distrital.

Como contrapartida à guarda e tratamento arquivístico do espólio pelo Arquivo Distrital de Santarém, o município terá de assegurar, através de contratação de empresa especializada, a limpeza e desinfecção do mesmo, bem como de um lote de documentação propriedade do Arquivo Distrital.

Campanha Direito à Alimentação no Entroncamento com balanço positivo

A Câmara Municipal do Entroncamento considera que a campanha Direito à Alimentação, que decorre no concelho desde 4 de Abril último, "tem sido um sucesso", estando actualmente a ser ajudadas nove famílias carenciadas com um total de 18 refeições diárias.

Em comunicado, a autarquia destaca a colaboração dos quatro restaurantes do concelho que doam um total de 372 refeições mensalmente, bem como o apoio da Rede Social em toda a logística necessária, em particular da Associação de Voluntariado e Acção Social do Entroncamento (Avasocial), que recolhe as refeições e as entrega às famílias.

Perito Avaliador

Tiago Ribeiro de Carvalho

Boas Festas

• Avaliações de Imóveis, Análise de Investimentos, Partilhas, Insolvências, SNC, Justo Valor.

• MBA em Avaliação Imobiliária, Formação em Peritagem Judicial, Avaliação de Florestas, Avaliações Fiscais e Formação em Gestão e Administração de condomínios

• Membro da Associação Nacional de Avaliadores

Inscrito no CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (n.º de registo CMVM/AV11/31/024)

www.peritoavaliador.com

Contactos:
Av. 5 de Outubro Nº54 1ºDtto Lisboa
Rua da Fábrica nº15 Torres Novas
Tlm: 919135941
Fax: +351 21 952 2038
Email: geral@peritoavaliador.com

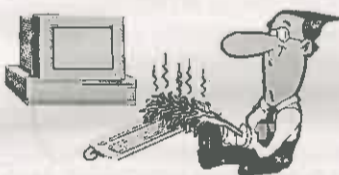
Cartoon da notícia

O vereador da Câmara de Tomar Luís Ferreira (PS) descobriu, presume-se que após aturado trabalho de investigação, que afinal os Bombeiros Municipais de Tomar foram fundados em 23 de Janeiro de 1923 e não em 28 de Janeiro de 1922, data em que habitualmente é comemorado o aniversário. E na sequência dessa pesquisa sugeriu ao executivo camarário, em nome do rigor histórico, que não celebre os 90 anos da corporação em 2012, sendo preferível repetir a comemoração dos 89 anos, pois assim é que está certo.

Com este relevante subsídio para a história de Tomar, Luís Ferreira arvorou-se numa espécie de José Hermano Saraiva da cidade do Nabão, embora, tal como o mediático historiador, se sujeite a ser questionado quanto ao rigor das suas conclusões. É que, é bom lembrar, no papel de adivinho (outro talento de que o autarca é possuído) Luís Ferreira falhou redondamente quando pressagiu recentemente no seu blog que os vereadores independentes iriam deixar passar o orçamento da câmara. E nesse caso os factos não lhe deram razão.

UM SINGELO SUBSÍDIO PARA A HISTÓRIA DE TOMAR

FOI AQUI,
EM 1923 QUE FORAM
FUNDADOS OS
BOMBEIROS DE TOMAR...



E-MAILS DO OUTRO MUNDO

Leitura não aconselhada a maldispostos crónicos, políticos cinzentões e mentalidades quadradas

Lúbrico Manuel Serra d'Aire

Os fenómenos de Fátima, tal como os do Entroncamento, não cessam de me surpreender e de acicatar a minha curiosidade. Vê lá tu que ainda há pouco tempo foram inaugurados dois novos centros escolares na cidade celebrizada por Nossa Senhora e pelos três pastorinhos e já a Câmara de Ourém está a pensar em construir um terceiro centro escolar porque os cachopos são mais do que as mães por aquelas bandas. Se essa situação já seria credora de merecido destaque num país que tem das taxas de natalidade mais baixas da Europa, o que dizer quando se trata da cidade do mundo onde haverá mais padres, frades e freiras por metro quadrado, exceptuando o Vaticano?

Milagre! - foi a resposta que ecoou no interior da minha herética (não confundir com erecta) cabeça quando li essa notícia, que é consequência dos admiráveis dotes reprodutores, até agora desconhecidos para mim, dos habitantes de Fátima (clero excluído, obviamente!), de fazer inveja aos cidadãos

dos países asiáticos onde as crianças nascem como cogumelos.

O vereador socialista da Câmara de Tomar Luís Ferreira perdeu os pelouros e lá teve de voltar para o trabalho na Câmara de Alpiarça, como técnico informático. Um emprego que parece talhado à medida de quem, como ele, não perde oportunidade para ditar sentenças no seu blog ou nas redes sociais, como tu bem sabes. Junta-se assim o útil ao agradável, pelo menos na perspectiva dele e dos bombeiros de Tomar que já andavam fartos de o aturar.

Mas com o seu apagamento político pode perder-se uma importante fonte de inspiração para quem, como nós, gosta de políticos que se distinguem pela sua forma muito própria de estar na vida. O que peço encarecidamente a Luís Ferreira nesta época de paz e concórdia é que não se transforme num anónimo manga de alpaca (como se tornou o seu correligionário Rui Barreiro) e que continue a aparecer e a contribuir para a nossa boa disposição com as suas travessuras.

Quero também deixar aqui uma

saudação especial à presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, a socialista Maria da Luz Rosinha, pelo esforço que está a fazer para a modernização dos serviços da autarquia. Pelo que li, quando as repartições camarárias mudarem para o centro comercial da cidade (é mesmo verdade, não te rias) os funcionários vão ter ali à disposição um ginásio para se exercitarem após o trabalho.

Obviamente a malta das obras e da limpeza deverá ser dispensada, pois já se exercita que chegue durante o serviço e não faz sentido ir ocupar os aparelhos onde as funcionárias municipais (elas que me perdoem este machismo impenitente) poderão, por exemplo, trabalhar músculos como os glúteos ou os peitorais em prol da sua saúde. Estou em crer que a melhoria no atendimento nesses serviços vai melhorar a olhos vistos, pelo menos do ponto de vista estético. É esperar para ver.

Saudações natalícias e votos de muitas prendas do

Serafim das Neves



foto O MIRANTE



DESAFIO. Paulo Coceiro, António Júlio Silva, Manuel Oliveira e José Silva são quatro dos sete investidores do Hospital Privado de Santarém

Hospital Privado de Santarém abre para servir os pacientes mais exigentes

Unidade oficialmente aberta dia 14 e já em pleno funcionamento resulta de investimento privado de 13 milhões de euros por sete investidores, quatro dos quais médicos.

Todas as especialidades médicas (com excepção da cirurgia cardio-torácica), três blocos operatórios, 24 camas de internamento e vários tipos de exames complementares de diagnóstico estão ao serviço da população desde a semana passada no novo Hospital Privado de Santarém (HPS) - Scalmed.

Situado na rua Nova, freguesia de S. Nicolau, junto ao Staples, o HPS resultado de um investimento privado de 13 milhões de euros, suportado por sete investidores, quatro dos quais médicos de profissão, e a maioria proveniente da clínica Scalmed, agora encerrada.

As consultas externas abriram quinta-feira e o bloco operatório foi estreado no dia seguinte. A unidade clínica foi inaugurada dia 14 de Dezembro pelo ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, um ano após o início dos trabalhos.

Cerca de 60 profissionais, entre enfermeiros, administrativos e assistentes operacionais, compõem o quadro de pessoal, enquanto os médicos foram recrutados como prestadores de serviços maioritariamente em Lisboa e Coimbra, a par de alguns de Santarém.

O HPS disponibiliza todas as especialidades médicas e exames complementares de diagnóstico num edifício com 5.700 metros quadrados de área. O piso

zero é servido por múltiplos gabinetes e especialidades das consultas externas, exames complementares de diagnóstico, imagiologia e medicina física e de reabilitação. O piso um alberga a áreas de internamento e três salas de bloco operatório enquanto o piso menos um compreende a zona técnica e de estacionamento.

Entre os investidores e administradores do HPS a satisfação é grande. Para José Silva a nova unidade é sinal de mais uma alternativa na cidade, com uma unidade privada "que irá constituir uma mais valia para a cidade e para a região". Para o director clínico do HPS, a unidade vem dar uma resposta abrangente para os doentes, dotando Santarém de uma unidade privada à semelhança do que acontece com as restantes capitais de distrito do país.

O hospital vai trabalhar essencialmente com pacientes por via de acordos com seguradoras mas também pretende estabelecer acordos com outras entidades. "O HPS será complementar e alternativo ao Hospital Distrital de Santarém na oferta médica e de serviços, podendo estabelecer com o hospital público formação de recursos humanos, particularmente entre os profissionais mais jovens", sublinhou António Júlio Silva.

Antes da visita às instalações, distribuídas por três pisos, o ministro Miguel Relvas fez questão de sublinhar que surgem projectos e investimentos capazes se estiverem bem pensados e estruturados. "Esta é a demonstração de que, no momento de dificuldades que atravessamos, se soubermos, se tivermos o acompanhamento adequado e a vontade, somos nós que podemos resolver os nossos problemas. As dificuldades podem ser uma oportunidade", destacou Miguel Relvas, salientando ser um prazer ver mais um

O hospital vai trabalhar essencialmente com pacientes por via de acordos com seguradoras mas também pretende estabelecer acordos com outras entidades

investimento concretizado na região.

Satisfeito estava também o presidente da Câmara de Santarém. Francisco Moita Flores realçou ser importante ver os profissionais de saúde integrarem projectos ligados à sua área também como investidores. "É um enriquecimento e uma grande alegria poder testemunhar o nascer de uma unidade hospitalar com estas condições e excelência de serviços em Santarém", concluiu.

"Os Verdes" contestaram encerramento da Extensão de Saúde de Espite

O deputado do Partido Ecologista "Os Verdes", José Luís Ferreira, questionou o Governo sobre a ameaça de encerramento da Extensão de Saúde de Espite, no concelho de Ourém.

"A freguesia de Espite tem muita população idosa, com dificuldades de mobilidade por falta de transportes públicos adequados", criticou José Luís Ferreira que questionou, na Assembleia da República, o Ministério da Saúde sobre as medidas que serão tomadas "para assegurar o acesso aos cuidados de saúde com qualidade, proximidade e em tempo útil e travar a progressiva perda desses serviços" no concelho de Ourém e na freguesia de Espite.

Comissões de utentes de serviços de saúde de seis concelhos marcam protestos

As comissões de utentes dos seis concelhos abrangidos pelo Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lezíria II agendaram protestos para 29 de Dezembro, depois de se terem reunido com a tutela na passada semana.

Os representantes dos utentes de Benavente, de Salvaterra de Magos, de Alpiarça, de Almeirim, de Coruche e da Chamusca reuniram-se com responsáveis pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) para exporem as suas preocupações sobre o possível fecho de várias extensões de saúde nesses concelhos.

"Saímos com o mesmo nível de preocupação e com as expectativas defraudadas. O vice-presidente da ARSLVT, Luís Pisco, não nos soube dizer o que vai acontecer a 1 de Janeiro e que só perto do final do ano é que o Governo decidirá sobre o futuro das extensões de saúde que estão em risco de fechar", disse Domingos David, à Agência Lusa.

Segundo o representante dos utentes no Concelho da Comunidade do ACES Lezíria II, estão em risco de fechar as extensões de saúde de Porto Alto e Santo Estêvão, bem como o Serviço de Atendimento Permanente de Benavente, que também serve o concelho de Salvaterra de Magos.

"Em Almeirim, está em causa a continuidade das extensões de saúde de Paços Negros, de Marianos e da Raposa. Em Salvaterra de Magos, a extensão de saúde de Foros de Salvaterra. Na Chamusca, as extensões de Vale Cavalos e de Ulme", explicou Domingos David, referindo que já foram encerradas as extensões de Muge e Granho em Salvaterra de Magos.

Domingos David disse que se a intenção do Governo for adiante, serão prejudicados milhares de utentes. No ACES Lezíria II estão, actualmente, sem médico de família "mais de 30 mil pessoas", adiantou.

Como protesto, os representantes dos utentes abrangidos pelo ACES Lezíria II agendaram várias acções de luta para 29 de Dezembro, sem adiantar, para já, de que tipo, nos concelhos afectados pelas possíveis medidas do Governo.

O deputado referiu ainda que "a situação não é aliás única, já que igualmente ameaçadas se encontram as extensões de Saúde de Casal dos Bernardos, Ribeira do Fárrio, Matas, Seiça, bem como o próprio Centro de Saúde de Ourém a partir das 18 horas".

A falta de recursos humanos foi apontada como entrave à manutenção dos serviços de saúde, pelo que a direcção executiva do Agrupamento de Centros de Saúde Serra D'Aire não determinou o encerramento das extensões de saúde supra referidas mas acrescentou que não será possível mantê-las todas abertas com a mesma frequência e horário.

Reduzida participação popular no referendo que rejeitou concessão do estacionamento no Cartaxo

Campanha teve a particularidade de contar com apelo ao "não" de todos os partidos com assento nos órgãos autárquicos

Concessão do estacionamento tarifado foi uma porta aberta pelo anterior presidente da câmara, Paulo Caldas. A concelhia do PS, partido que gere a câmara, já deixou claro que o executivo municipal deve respeitar a vontade popular, sob pena de perder a confiança política.

A concelhia socialista do Cartaxo deixou um aviso claro ao executivo camarário de maioria PS: ou respeita os resultados do referendo que disse não à concessão a privados do estacionamento tarifado na cidade ou retira-lhe a confiança política. O alerta foi deixado dois dias antes da consulta popular que ditou um não claro à concessão. Apenas 2.629 (12,59 por cento) dos 20.886 eleitores do concelho do Cartaxo foram domingo às urnas votar sobre a eventual concessão do estacionamento coberto e à superfície na cidade, mas a vitória do "não" foi esmagadora com 94,48 por cento (2.484 votos) face a 4,64 por cento (122 votos) que escolheram "sim".

No Cartaxo votaram 1516 eleitores, com vitória clara do "não", 1453 face a 53 "sim". A mesma tendência verificou-se nas restantes freguesias. Pontével (248-15), Vila Chã de Ourique (225-15), Vale da Pedra (144-6), Ereira (112-6), Lapa (104-18), Valada (100-3) e Vale da Pinta (98-6).

Resta saber se a Comissão Nacional de Eleições vai homologar o resultado do referendo e como vão ser interpretados os resultados localmente. O presidente da Câmara do Cartaxo, Paulo Varanda (eleito pelo PS), já fez saber que irá respeitar a lei do referendo, dando a entender que o referendo só seria vinculativo se o número de votantes fosse superior a metade dos eleitores inscritos no recenseamento.

OPOSIÇÃO TAMBÉM EXIGE RESPEITO PELA VONTADE POPULAR

PSD, CDU e BE consideram que a câmara tem de respeitar a vontade dos eleitores, independentemente do número de votantes, enquanto a concelhia do PS também tomou posição antecipada, através do plenário de militantes que reuniu dia 15, fazendo saber que os eleitos do PS na assembleia municipal e no executivo devem seguir o resultado do referendo, sob pena de não merecerem a confiança política do partido que representam.



REFERENDO. Na cidade do Cartaxo votaram apenas 1516 eleitores com 1483 não e 53 sim

O PS, força política que sustenta a maioria no executivo autárquico, aprovou uma moção que exige aos eleitos do partido tanto na câmara como na assembleia municipal respeito pela vontade do eleitorado, independentemente do resultado ser ou não vinculativo.

A concelhia liderada por Pedro Ribeiro esticou a corda e deixou bem claro aos autarcas eleitos pelo PS o que devem fazer: "os autarcas do Partido Socialista com assento na assembleia municipal devem apresentar uma moção política na próxima reunião que assuma de forma clara e objectiva o respeito pelo resultado do referendo"; e "os eleitos pelo Partido Socialista na câmara municipal devem expressar, na reunião de executivo imediatamente a seguir ao referendo, igual posição política de respeito para com a

natureza do sentido de voto dos eleitores nas urnas e em sintonia com as deliberações dos órgãos do partido pelo qual foram eleitos".

A consulta à população foi proposta pelo Bloco de Esquerda, depois de ser conhecido o prazo de concessão do estacionamento, que abrange "sete mandatos autárquicos", tendo sido aprovada por maioria na assembleia municipal. A campanha para este referendo teve a particularidade de nenhuma das forças políticas participantes ter feito campanha pelo "sim".

O Partido Socialista juntou-se à campanha do "não", em mais um sinal de "desalinhamento" com a presidência da autarquia, processo já notório com Paulo Caldas (que se desvinculou do partido e deixou a presidência da autarquia

PSD questiona Governo sobre ligação entre Pinheiro e Louçãs

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Santarém questionaram o Governo sobre as obras do IC9 no concelho de Ourém, nomeadamente no que respeita "à construção do atravessamento das localidades entre Pinheiro e Louçãs". A ligação entre as duas localidades foi suprimida com a construção do IC9 e a alternativa apresentada implica um trajecto alternativo de cerca de 4 quilómetros que desagradam aos habitantes das aldeias que distam cerca de 800 metros uma da outra.

Uma vez que o prazo limite de conclusão da obra está a aproximar-se, os deputados do PSD questionaram o Ministério da Economia e Emprego para perceberem se serão mantidas as condições que estavam definidas no projecto e em que condições será efectuada essa passagem.

Na gestão da construção deste tipo de obra concessionada há uma intrincada rede de responsabilidades de várias entidades, por isso importa "esclarecer o âmbito e nível de responsabilidades de cada interveniente". Neste sentido, os social-democratas eleitos por Santarém questionaram também o financiamento que corresponderá a cada entidade envolvida.

Tendo em conta que os restabelecimentos das vias afectadas pela construção do IC9 no concelho de Ourém têm sido alvo de alguma revolta pelas populações locais, os deputados social-democratas consideram "naturais" as reacções havidas em vários locais sobre "as normais ligações e acessos rodoviários ao dispor das várias localidades".

no final de Outubro) e que dá sinais de continuidade com o seu sucessor, o independente Paulo Varanda.

A grande batalha dos partidos que se envolveram na campanha _PS, PSD, PCP, BE, PEV_ foi convencer as pessoas da importância da sua participação, um esforço que esbarrou no desconhecimento e no "grande desinteresse", sobretudo das populações das freguesias fora da cidade.

Estado já desbloqueou verbas retidas à Câmara da Chamusca

O Estado já desbloqueou as verbas que tinha sido retidas à Câmara Municipal da Chamusca por esta ter ultrapassado o limite máximo de endividamento permitido por lei. Situação que entretanto tinha sido regularizada no final do de 2010, conforme confirmação da Direcção Geral da Administração Autárquica em Julho. No entanto, as verbas em questão, que ultrapassavam os 600 mil euros, tardaram em ser devolvidas e a autarquia pediu uma audiência ao secretário de Estado da Administração

Local e Reforma Administrativa, Paulo Simões Júlio, que prometeu ajudar a desbloquear o problema.

No início de Dezembro chegou finalmente a boa notícia do desbloqueamento das verbas, que na sua maior parte serviram para fazer o pagamento do empréstimo de tesouraria de mais de 600 mil euros que a autarquia tinha contraído na Caixa Geral de Depósitos. "Fizemos o pagamento para limitar os juros. Continuamos a levar por diante a contracção do empréstimo do mesmo

valor que entretanto foi aprovado, mas que só será despachado pela Caixa no início de Janeiro. Quando tivermos essa verba à nossa disposição vamos pagar aos fornecedores", referiu Sérgio Carrinho.

O vice-presidente, Francisco Matias congratulou-se com o desbloqueamento das verbas em questão e realçou que agora "vamos procurar formas de receber os 529 mil euros que nos devem das obras nos diques, os 47 mil euros das refeições escolares, que estão em atraso, os 28 mil euros dos gabinetes florestais e mais outras verbas que estão em dívida e que nos ajudariam a respirar um pouco melhor".

Adjudicação do pavilhão de Pernes é nula porque câmara não cumpriu procedimentos legais

Município de Santarém contratou obras por ajuste directo quando tal já não lhe era permitido

O Tribunal de Contas recusou o visto à empreitada de construção do pavilhão desportivo de Pernes, que ia servir a Escola D. Manuel I e a população, justificando que a câmara devia ter feito concurso público.



Gimnodesportivo de Pernes



O Tribunal de Contas recusou o visto à empreitada de construção do Pavilhão Desportivo de Pernes, concelho de Santarém, considerando que o procedimento de ajuste directo da obra a uma empresa representa uma nulidade. Pelo que, nestes termos, a obra não pode avançar. O tribunal entendeu que a Câmara de Santarém não podia adjudicar a empreitada, conforme deliberou em Março deste ano, porque nessa altura estava vedado este tipo de contrato por ajuste directo.

Diz o Tribunal de Contas (TC) que a câmara devia ter feito um concurso público ou limitado por prévia qualificação para a obra orçada em 749 mil euros acrescidos de IVA (Imposto sobre o valor Acrescentado). A autarquia tinha invocado para a adjudicação por ajuste directo à empresa Luís Mina S.A. o facto de a construção do pavilhão visar a modernização do parque escolar, uma vez que a Escola D. Manuel I de Pernes não tem pavilhão desportivo. De facto havia um regime excepcional que permitia às autarquias adjudicarem obras por ajuste directo para obras de escolas, mas neste caso o município teria que tomar a

decisão de contratar os trabalhos em 2010.

O acórdão do TC agora divulgado e que ainda não transitou em julgado explicita que "o procedimento por ajuste directo, excepcionalmente permitido para a execução de empreitadas de obras públicas dirigidas à modernização do parque escolar, só era, assim, aplicável a procedimentos para formação de contratos públicos cuja decisão de contratar tivesse ocorrido até 7 de Junho de 2010". O que não é o caso. E sublinha que não estão verificados dos "pressupostos legais legitimadores do recurso ao procedimento por ajuste directo".

Recorde-se que a Câmara de Santarém já andava a tentar fazer a obra desde 2009, mas as tentativas feitas pela autarquia para encontrar uma empresa interessada na obra tinham saído frustradas. Em Março deste ano anunciou a adjudicação dos

trabalhos que iriam durar cerca de oito meses. Depois submeteu o processo para fiscalização prévia do Tribunal de Contas que não deu o seu aval.

O processo foi desencadeado em Dezembro de 2009, quando o executivo decidiu adoptar o procedimento de ajuste directo para a empreitada em causa. E nessa altura podia utilizar este procedimento. Como não apareceram construtoras interessadas repetiu o processo em 2010. O Tribunal de Contas considera que a contratação da empresa Luís Mina se fez no âmbito de um novo processo aberto neste ano de 2011 e não é a continuação do inicialmente realizado em 2009. O vereador do Urbanismo, João Leite (PSD), chegou a dizer que a adjudicação da empreitada era urgente.

Três empresas municipais de Santarém vão ser fundidas

Processo para agregar Scalabisport, CUL.TUR e STR:URBHS já se encontra em marcha

A Câmara de Santarém já está a trabalhar na fusão de três das suas empresas municipais, antecipando assim as determinações do chamado Livro Verde, lançado pelo Governo, sobre a reforma da administração local relativamente a essas entidades. No próximo ano, a empresa de desporto Scalabisport, a empresa de cultura e turismo CUL.TUR e a Sociedade de Gestão Urbana STR.URBHS vão dar lugar a uma só empresa municipal, agregando objectivos, património e funcionários sob a tutela de um único conselho de administração.

A margem do processo fica a empresa municipal Águas de Santarém, responsável pela gestão das redes de abastecimento de água e de saneamento básico, cujo

capital a câmara quer abrir a privados.

A ponta do véu foi levantada na última reunião do executivo camarário, realizada a 16 de Dezembro, onde os vereadores Ricardo Gonçalves (PSD) e João Leite (PSD) deram conta de que o processo já está em marcha. Na altura discutia-se mais um aumento de capital da Scalabisport, com a afectação à empresa de terrenos e imóveis pertencentes ao município.

Esse ponto contou com o voto contra do vereador socialista António Carmo e com os reparos, apesar do voto favorável, do outro vereador eleito pelo PS, Ludgero Mendes. Em causa o facto de a câmara estar a incorporar património no capital social da empresa, gestora dos

equipamentos desportivos municipais, que nada tem a ver com o seu objecto social. Em anos anteriores, o aumento do capital social foi feito com a afectação do valor referente a espaços desportivos, como foi o caso das piscinas municipais do Sacapeito em 2010.

O aumento do capital social é a forma encontrada pelo executivo para viabilizar financeiramente uma empresa que, desde que foi criada, tem apresentado sucessivos resultados negativos e se encontrava sujeita a ser considerada insolvente. O substancial aumento do capital social da Scalabisport foi também justificado pelo vereador João Leite com a intenção de se equilibrar o capital social das três empresas municipais antes da anunciada fusão.

Recorde-se que a empresa municipal Scalabisport foi criada durante a gestão do socialista Rui Barreiro, enquanto as empresas CUL.TUR e STR.URBHS foram criadas oficialmente em Junho de 2010 por iniciativa do presidente Francisco Moita Flores (PSD).

Junta de Pernes promete luta contra extinção da freguesia

A Junta de Freguesia de Pernes publicou um comunicado dirigido à população onde expressa "a determinação e firme propósito de continuar a defender e honrar a história, identidade e futuro de Pernes contra a extinção da freguesia". A presidente da junta, Salomé Vieira (CDU), diz ainda que os habitantes da freguesia "devem manifestar a sua vontade, de forma clara, em prol da freguesia" e recorda que, neste âmbito, promoveu dois debates público sobre a reforma administrativa defendida pelo Governo que prevê a fusão de muitas freguesias.

Assembleia de Freguesia de Fátima quer novo complexo escolar na sede de freguesia

Apesar da localização do novo centro escolar de Fátima ainda não estar em discussão, a Assembleia de Freguesia de Fátima quer que o novo complexo escolar da freguesia fique situado na sede de freguesia.

O tema foi levantado pelo presidente da Junta de Freguesia de Fátima, Natálio Reis (PSD). O autarca referiu que "falta construir um novo complexo escolar, para o qual a câmara já fez a pré-candidatura, e espera que em 2013 comece a sua construção, e se assim for ficaremos servidos deste tipo de equipamentos".

No que respeita à localização deste novo centro escolar, Natálio Reis afirma que "via com muitos bons olhos a sede de freguesia", pois nos últimos 20 ou 30 anos foram feitas poucas obras neste local. "É preciso que o complexo se faça, mas gostava que ele se fizesse aqui, para que a nossa sede de freguesia tenha mais alguma coisa que não seja a igreja, o cemitério e a junta de freguesia", afirmou Natálio Reis.

Já Alberto Caveiro, membro independente da assembleia, considera que "as escolas que faltam são em Boleiros e Macheira, por isso é nesta zona que deve ficar o novo complexo".

No entanto, a discussão sobre a localização do novo centro escolar vai começar apenas no final de Fevereiro, altura em que Natálio Reis irá fazer um roteiro juntamente com o presidente da Câmara de Ourém, para ver o que está feito, o que falta fazer e começar a "debater esta questão da localização".

A construção de um terceiro centro escolar na freguesia de Fátima foi anunciada pelo presidente da Câmara Municipal de Ourém, Paulo Fonseca (PS), na inauguração oficial dos dois centros escolares da freguesia, a 10 de Dezembro.